

## **1 A FORMAÇÃO DA AGENDA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL E NA ESPANHA: O ESTADO DA ARTE NA ÁREA DA CIÊNCIA POLÍTICA (2017-2021)**

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-957-9/cap1>

### **ÂNGELA ELIZABETH FERREIRA DE ASSIS**

Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), com período sanduíche na Universidade de Málaga (UMA), e mestra em Sociologia pela UECE. Pesquisadora bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

E-mail: [angelaefassis@gmail.com](mailto:angelaefassis@gmail.com)

### **FRANCISCA REJANE BEZERRA ANDRADE**

Pós-Doutora em Ciências da Educação pela J. W. Goethe Universität Frankfurt Am Main e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE. Líder do Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Exclusão Social (Geppes) da UECE. Coordenadora do Observatório Juventude, Educação Profissional e Trabalho (Jeptra) do Centro de Estudos Sociais da UECE.

E-mail: [rejane.bezerra@uece.br](mailto:rejane.bezerra@uece.br)

### **RAFAEL ARREDONDO QUIJADA**

Doutor em Intervenção Social e Comunitária. Trabalhador social. Docente nos cursos de Trabalho Social e Criminologia da Universidade de Málaga (UMA).

## Introdução

Desde as suas protoformas, a proteção social tem sido objeto de inúmeros debates e investigações em diversas áreas do conhecimento, sob perspectivas e abordagens distintas, sendo tratada até como um assunto que talvez estivesse “saturado” atualmente. Mas, afinal, seria possível saturar um objeto de investigação que se transforma constantemente de acordo com as condições sociais, econômicas e políticas disponíveis?

Segundo um relatório produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), o contexto pandêmico expôs desigualdades profundas e lacunas significativas na cobertura, na abrangência e na adequação da proteção social em todos os países. Esse novo cenário fez com que as discussões sobre a proteção social pública e demais garantias por parte do Estado recebessem uma atenção especial, sobretudo pelo aumento das desigualdades sociais e da extrema pobreza no Brasil, instigando o debate na esfera pública e no meio acadêmico. No entanto, as discussões sobre o que o Estado deve ou não fazer frente às demandas sociais não surgiram com a pandemia, na verdade, são tão antigas quanto a própria existência do Estado Moderno.

Entende-se, portanto, que a proteção social se configura como uma fonte inesgotável de debates e elaborações. Dado o contexto de pandemia que, supostamente, impulsionou as discussões sobre proteção social e ampliou o debate sobre as garantias estatais, cabe questionar de que forma a proteção social tem sido abordada (se é que tem sido abordada) dentro da área de concentração da Ciência Política brasileira e espanhola e o que as produções recentes têm a dizer a respeito, com o intuito de identificar o acúmulo do conhecimento sobre o tema.

Para tanto, optou-se pela realização do estado da arte, ou estado do conhecimento, um tipo de levantamento bibliográfico que tem como objetivo “[...] mapear e discutir uma certa produção acadêmica em determinado campo do conhecimento” (Ferreira, 2002, p. 258), valendo-se de fontes de consulta como resumos ou catálogos disponíveis para constituir uma análise descritiva da produção acadêmica e científica sobre o tema que se busca investigar. Neste caso, privilegia-se a formação da agenda de proteção social como objeto de pesquisa no campo da Ciência Política. A seguir, detalham-se o delinear da pesquisa bibliográfica, seus desdobramentos e resultados encontrados.

### **A formação da agenda de proteção social na área da Ciência Política: produção e análise de dados**

Para identificar e analisar a recorrência com que o tema da formação da agenda de proteção social é tratado na área de concentração da Ciência Política, a pesquisa bibliográfica foi realizada com base em Ferreira (2002, p. 258), que caracteriza o estado da arte como:

[...] uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

De início, algumas questões foram elaboradas para nortear a busca, sendo elas: a) Quais abordagens e perspectivas teórico-metodológicas são adotadas nas análises sobre a formação da agenda de proteção social? b) O que as investigações científicas dizem sobre as modalidades de *laborização* e monetização da proteção social presentes nas políticas sociais? E c) Quais aspectos e atores sociais ou segmentos estão presentes na identificação do problema e formação da agenda de proteção social?

Para responder a tais questões, foram estabelecidos três blocos temáticos, que correspondem a três descritores principais ou palavras-chave, como se observa no Quadro 1.

**Quadro 1** – Descritores principais

Português	Espanhol
Formação da agenda	<i>Formación de la agenda</i>
<i>Laborização</i> e monetização	<i>Inversión social y monetización</i>
Proteção social	<i>Protección social</i>

Fonte: Elaboração própria (2024).

Como é possível verificar no quadro acima, tais descritores estão em português, na coluna esquerda, mas possuem correspondentes em espanhol, na coluna direita, isso porque, considerando que um dos lócus da in-

investigação é a Espanha, o levantamento bibliográfico foi realizado em ambas as línguas (portuguesa e espanhola). Desse modo, os dados bibliográficos foram quantificados e buscou-se identificar tendências, ênfases e perspectivas teórico-metodológicas adotadas nas pesquisas. Considerando que existem diferentes abordagens e técnicas para a construção do estado da arte, a atual seção apresenta os aspectos metodológicos utilizados para a produção e análise desses dados.

De acordo com o Quadro 2, cada um dos descritores principais se desdobra em outros quatro ou cinco descritores auxiliares ou complementares, que, tanto em português como em espanhol, estão relacionados ao objeto de pesquisa e serviram como complemento para a busca, tais como: políticas sociais, problema público e precarização do trabalho. Ademais, utilizaram-se os operadores booleanos (*AND*, *OR* e *NOT*), ferramentas para combinar os termos de pesquisa e facilitar o processo de busca e seleção das informações desejadas.

**Quadro 2** – Descritores e operadores booleanos

<b>Descritores em português</b>	<b>Descritores em espanhol</b>
formação da agenda	<i>formación de la agenda</i>
<i>AND</i> proteção social	<i>AND protección social</i>
<i>AND</i> políticas sociais	<i>AND políticas sociales</i>
<i>OR</i> problema público	<i>OR problema público</i>
<i>laborização OR monetização</i>	<i>inversión social OR monetización</i>
<i>AND</i> proteção social	<i>AND protección social</i>
<i>AND</i> políticas sociais	<i>AND políticas sociales</i>
<i>AND</i> problema público	<i>AND problema público</i>
<i>OR</i> precarização do trabalho	<i>OR precariedad del trabajo</i>
<i>OR</i> proteção social	<i>OR protección social</i>
<i>AND</i> políticas sociais	<i>AND políticas sociales</i>
<i>AND</i> problema público	<i>AND problema público</i>
<i>AND</i> precarização do trabalho	<i>AND precariedad del trabajo</i>

Fonte: Elaboração própria (2024).

Diante do exposto, foi necessário ainda estabelecer critérios, como características-chave, para filtrar as publicações a serem analisadas. Nessa perspectiva, sublinharam-se os seguintes aspectos para o levantamento bibliográfico: artigos publicados em periódicos na área de concentração da Ciência Política, nos anos de 2017 a 2021, disponíveis na íntegra e gratuitamente nas bases de dados destacadas, em língua portuguesa e espanhola; estudos que investigam a formação da agenda de proteção social; publicações que abordam as modalidades de *laborização* e monetização da proteção social presentes nas políticas sociais e que relacionam tais modalidades à precarização do trabalho ou à etapa de formação da agenda; e, por fim, estudos que tratam dos aspectos e atores que interferem na etapa de formação da agenda de proteção social.

Dando prosseguimento, como base de dados, foram utilizados o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a plataforma digital da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Além dos critérios de inclusão mencionados, as bases de dados possuem mecanismos próprios para filtrar e refinar a busca. Dentre eles, utilizaram-se os seguintes filtros:

**Quadro 3** – Filtros utilizados nas bases de dados para levantamento bibliográfico

Bases de dados	Índices e filtros
Capes	Localização do descritor Tipo de documento: artigos em periódicos Assunto: Ciência Política + políticas públicas Idioma: português, espanhol Data de publicação: últimos 5 anos (2017-2021) Demais critérios de inclusão

SciELO	Título: localização do descritor
	Resumo: localização do descritor
	Idioma: português, espanhol
	Tipo de documento: artigos em periódicos
	Áreas temáticas: Ciência Política + políticas públicas
	Data de publicação: últimos 5 anos (2017-2021)
Demais critérios de inclusão	

Fonte: Elaboração própria, com base nos filtros disponíveis nas plataformas Capes e SciELO (2024).

Com os descritores, critérios e filtros apresentados, verificou-se cada uma das plataformas separadamente e selecionaram-se as publicações que atenderam aos parâmetros estabelecidos. Para a organização deste material, utilizou-se o Excel, tanto para a sistematização simples das informações quanto para a criação de gráficos e tabelas. Para uma análise mais acurada, adotou-se o MAXQDA, para codificar, catalogar e interpretar os dados. Assim, os descritores foram utilizados como códigos para categorizar as publicações e analisar aspectos qualitativos. No tópico a seguir, discutem-se os resultados encontrados.

### **Os estudos sobre formação da agenda de proteção social: uma análise descritiva**

Através dos aspectos metodológicos apresentados anteriormente, selecionaram-se 130 artigos, sendo 75 em português e 55 em espanhol, publicados nos anos de 2017 a 2021, por meio dos descritores principais e auxiliares, que foram posteriormente agrupados e catalogados por blocos temáticos.

Os estudos estão distribuídos entre "Formação da agenda" (11 estudos), "Laborização e monetização" (seis

estudos) e “Proteção social” (51 estudos), como blocos temáticos que agrupam tanto as publicações em português quanto em espanhol. Com essa visão geral, identificou-se uma concentração maior de trabalhos sobre proteção social, principalmente no que se refere às políticas sociais (16 estudos). No que diz respeito à formação da agenda e às modalidades de proteção social destacadas, a quantidade de estudos é bem menor, mas também com destaque para aqueles que discutem as políticas sociais.

Retomando os resultados do levantamento, é necessário compreender como esses estudos estão distribuídos. Para isso, a busca foi realizada em duas etapas, da seguinte forma: a) Busca inicial: descritor + tipo de publicação + recorte temporal + idioma; b) Selecionados: triagem final com todos os filtros e critérios de inclusão.

No primeiro momento, realizou-se uma busca inicial, utilizando como filtros somente os descritores com os operadores booleanos, o tipo de publicação (artigos em periódicos), recorte temporal (2017-2021) e idioma (português/espanhol), o que gerou um número expressivo de publicações. No segundo momento, designado de triagem final, aplicaram-se todos os filtros e critérios de inclusão para selecionar os trabalhos, o que reduziu drasticamente o número de estudos publicados. Ambas as etapas foram aplicadas individualmente a cada idioma e a cada base de dados, como será apresentado mais adiante.

Embora as plataformas adotem mecanismos cada vez mais inteligentes de busca, a triagem não é perfeita, a depender de como foram escritas; algumas publicações podem não aparecer na busca, assim como podem surgir artigos que não possuem relação com o tema. Por

essa razão, foi necessário um trabalho manual de leitura dos títulos e resumos durante a busca, para selecionar as investigações que de fato atendessem aos critérios estabelecidos.

No que se refere ao total de publicações em português, “Proteção social” destaca-se com o maior número de publicações (45 estudos), tanto no Portal de Periódicos da Capes quanto na SciELO, seguida pela “Formação da agenda” (22 estudos). Por último, sublinha-se “Laborização e monetização”, com menor número de publicações (oito estudos), sendo que a maior parte dos artigos nesse bloco só foi encontrada através do descritor auxiliar “OR precarização do trabalho”.

Em relação ao levantamento bibliográfico em espanhol, verificaram-se tendências semelhantes às das publicações em português com a “*Protección social*” como bloco temático mais expressivo (31 publicações no total). No entanto, nos países que têm a língua espanhola como idioma oficial, os estudos sobre “*La inversión social e monetización*” aparentam ter uma sistematização maior com relação às elaborações neste campo e, conseqüentemente, os artigos são mais fáceis de identificar e quantificar. Por último, observa-se a “*Formación de la agenda*” (oito estudos).

Como apresentado no detalhamento, ressalta-se que, entre as publicações, em quase todos os descritores há um número expressivo de publicações na primeira etapa, no entanto, ao utilizar os demais critérios e filtros, concentrando a busca no campo da Ciência Política, a quantidade de estudos é drasticamente reduzida, fenômeno que ocorreu tanto na busca em português quanto em espanhol.

Pontua-se ainda que, sobre “*Laborização* e monetização” ou “*La inversión social*” e “*Monetización*”, nas publicações em português, constatou-se a utilização de outros termos para se referir a esses descritores que também são categorias teóricas, dentre eles, identificaram-se: “mercantilização”, “mercadorização”, “financeirização” e “privatização” como algumas das expressões mais usadas. Por essa razão, é difícil quantificar os estudos que versam sobre essas estratégias de proteção social, considerando a ausência de sistematização, com o emprego de termos distintos para se referir a uma mesma tendência.

Em relação ao total de publicações por ano, os dados contradizem a suposição inicial de que a pandemia teria expandido o debate sobre a proteção social, pelo menos no que corresponde ao campo científico. Observou-se, portanto, que, tanto em português quanto em espanhol, ocorreu o crescimento do número de artigos científicos entre os anos anteriores à pandemia, de 2017 a 2019 (quando atingiu o seu auge), e um declínio em 2020 e 2021 (quando atingiu a menor quantidade de publicações por ano).

Esse movimento pode ter alguma relação com o contexto pandêmico, pois, embora se configure como um cenário fértil para a construção de inúmeras análises, esse foi um período desafiador para o meio acadêmico, em que muitos estudos tiveram que ser interrompidos, em que pesquisadores perderam financiamento e possivelmente não tiveram condições suficientes para custear suas despesas, o que pode ter contribuído para a queda no número de publicações, mas não há como afirmar isso com precisão.

No que diz respeito aos países onde os estudos sobre formação da agenda de proteção social foram publica-

dos, identificou-se a seguinte distribuição: Brasil (67 estudos), Colômbia (15 estudos), México (11 estudos), Espanha (10 estudos), Equador (oito estudos), Argentina (quatro estudos), Portugal (quatro estudos), Chile (três estudos), Venezuela (dois estudos), Costa Rica (um estudo), Estados Unidos (um estudo), França (um estudo), Paraguai (um estudo), Suíça (um estudo) e Uruguai (um estudo).

Conforme descrito acima, o Brasil concentra o maior número dos artigos selecionados e, entre os continentes, a América Latina destaca-se como a região onde as publicações são mais frequentes. Essa concentração pode ser explicada a partir de dois pontos: primeiro, ambas as plataformas utilizadas como base de dados são brasileiras, o levantamento bibliográfico parte do Brasil e do continente onde está situada a maioria dos países que possuem a língua espanhola como idioma oficial; em segundo, cada país/continente possui uma cultura com relação à divulgação científica.

Com base nas informações disponíveis nas plataformas Capes e SciELO, verificou-se ainda que a maioria das publicações são provenientes das regiões Sul e Sudeste do Brasil, a saber: Rio de Janeiro (15 estudos), Santa Catarina (10 estudos) e Rio Grande do Sul (oito estudos) com maior concentração dos estudos sobre formação da agenda de proteção social em português. No caso das publicações em espanhol, identificaram-se Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Equador, França, México, Paraguai, Suíça, Uruguai e Venezuela e, conforme mencionado, a América Latina concentra o maior número de publicações, com países como Colômbia (12 estudos), México (11 estudos) e Equador (oito estudos) entre os que mais publicaram a respeito desse tema.

No entanto, chama a atenção a Espanha, destacando-se com 10 estudos.

Por conseguinte, através do MAXQDA, foi possível identificar ainda as 100 palavras utilizadas com maior frequência nos estudos publicados em português. Dentre elas, sublinham-se “social”, “políticas” e “proteção” como as três mais citadas, nesta sequência. Identificou-se a mesma tendência nas publicações em língua espanhola, sendo “social” a palavra mais citada, seguida por “políticas” e, por fim, uma diferença, em que se tem “trabajo” entre os termos mais utilizados. Observaram-se também os assuntos abordados com frequência, com destaque para: “precaridad”, “actores”, “financiamento”, “bienestar”, “salud”, “gasto”, “educación”, dentre outros.

Por fim, através dos dados produzidos, buscou-se constituir uma análise descritiva dos estudos sobre formação da agenda de proteção social publicados nos últimos anos. Conforme apresentado, o levantamento bibliográfico indicou uma ausência de publicações em periódicos sobre o referido tema, mas esses números não dizem tudo. É necessário compreender o que esses trabalhos estão dizendo a respeito da formação da agenda de proteção social e identificar quais as contribuições que os autores trazem para a Ciência Política, portanto, na sequência, busca-se empreender tal compreensão.

### **Formação da agenda de proteção social: “Uma ideia que atingiu seu momento”**

Em “Como chega a hora de uma ideia?”, Kingdon (2006a) inicia com a frase “*An idea whose time has come*” ou “Uma ideia que atingiu seu momento” para se referir

aos processos pré-decisórios, quando um problema se torna público e passa a fazer parte da agenda governamental para a formulação de políticas públicas. Com essa frase, buscou-se identificar as abordagens e perspectivas teórico-metodológicas adotadas nas análises sobre a formação da agenda de proteção social, assim como os principais aspectos e atores sociais ou segmentos que estão presentes nos estudos que versam sobre a identificação do problema.

Entre as publicações selecionadas, identificou-se que os estudos sobre formação da agenda de proteção social privilegiam certos temas e abordagens em detrimento de outros. Dentro dos parâmetros estabelecidos, algumas ideias ganham destaque e aparecem de maneira recorrente no campo da Ciência Política e outras não. A exemplo disso, verificou-se que as investigações mais recentes direcionam o foco para analisar aspectos da agenda formal ou institucional, discutindo elementos e comportamentos a partir da comunicação política, interesses e motivações presentes no meio partidário, elencando problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar.

Em estudos recentes, os processos pré-decisórios da agenda política, como a identificação do problema, pouco aparecem nas discussões a respeito da formação da agenda e as abordagens, ainda que se voltem para o polo societal e a participação social, como é o caso do estudo de Gomes, Moura e Alves (2020) e de Pelfin e Mena (2017), que privilegiam formas de participação formal, como a vinculação político-partidária e os movimentos formalmente reconhecidos, tais como sindicatos, voltando-se para os processos decisórios.

Com relação às perspectivas teórico-metodológicas, destaca-se o modelo dos múltiplos fluxos como um dos principais recursos analíticos utilizados para compreender a formação da agenda entre os estudos selecionados, com base em Kingdon (2003, 2006a, 2006b). A partir da análise dos fluxos (problemas, soluções, política), Oderich, Grisa e Barth (2018), Oliveira *et al.* (2021), Rodrigues Neto, Barcelos e Pinto (2019) e Silva *et al.* (2020) analisam a efetividade da participação social, a formação da agenda governamental e as reformas das políticas de seguridade social, como a previdência social.

Outra perspectiva analítica adotada, ainda que apenas em cinco publicações, é a Teoria Ator-Rede (TAR), de Latour (2005), em que todos os elementos de uma rede, sejam humanos ou não, têm a mesma capacidade de agir e influenciar, e o foco da análise está em entender como essas relações são construídas, mantidas ou modificadas. Essa abordagem, como empregada em Sela, Gonzalez e Christopoulos (2020), sugere que o social é resultado de tais redes e não é algo dado ou estável, considerando que a formação da agenda pode ser compreendida como um processo contínuo que emerge das associações e envolve diferentes mediadores.

Com relação às ferramentas e técnicas para a produção de dados, predominam as análises quantitativas, como em Martins e Barros (2018), que utilizam *survey* eletrônico, técnicas descritivas, inferência estatística e, em 67 publicações, a análise documental, conforme verificou-se em Calvet e Valdes (2019). As análises qualitativas pouco aparecem nas publicações recentes e, quando são empregadas, comumente são realizadas a partir da análise de conteúdo. Entre os atores e segmentos que rece-

beram maior atenção nas análises das produções catalogadas, identificaram-se o parlamento, os movimentos sociais, os partidos políticos, as organizações não governamentais (ONGs), as associações e os sindicatos.

Por fim, identificaram-se outros temas frequentemente relacionados à formação da agenda de proteção social, são eles: saúde, como abordado por De Almeida (2020), Oliveira *et al.* (2021) e Rodríguez-Díaz e R-Castromil (2020); as implicações da pandemia de Covid-19, segundo trabalhado por Da Costa e Soares (2020); e agricultura familiar, sublinhada por Fernandez e Baptista Filho (2019).

Por conseguinte, ao tentar identificar o que as investigações científicas dizem a respeito das modalidades de *laborização* e monetização da proteção social presentes nas políticas sociais, verificou-se que tais descritores – ou categorias teóricas – se encontram num processo de construção inicial, principalmente no que se refere aos estudos brasileiros.

Entre os principais autores que analisam as problemáticas em torno da proteção social no que se refere à relação com o trabalho e os modelos que mais punem do que protegem, destacam-se: Di Giovanni (1998), Pereira (2012, 2013) e Pochmann (2004). Todavia, suas elaborações não são recentes e, conseqüentemente, não foram selecionadas neste levantamento bibliográfico. Ademais, por adotarem expressões e termos distintos para se referirem a essas modalidades, seria necessário um estudo mais aprofundado para agrupar tais elaborações, portanto buscou-se identificar as contribuições dos estudos mais recentes.

Entre as publicações selecionadas, verificou-se que a tendência apontada por Pereira (2012, 2013) correspon-

de às modalidades de proteção social e empregabilidade que estabelecem modos de desumanização, precarização e desvalorização da vida. Como exemplo disso, temos Dávila e Requena (2020), Fachin e Ramos (2021), Franco e Ferraz (2019), Pineda-Talavera (2019) e Seller (2020) como algumas das produções que analisam a cobertura e privatização dos serviços, considerando que tais modalidades têm por base a perspectiva neoliberal de redução do papel do Estado na provisão de bens e serviços.

Neste caso, sublinham-se ainda os estudos de Brito (2021), Druck, Dutra e Silva (2019) e Fuster-Farfán (2019), que de fato concentram suas análises no neoliberalismo. A produção de Brito (2021), por exemplo, analisa a redução de direitos sociais, principalmente no que se refere aos direitos trabalhistas e às reformas ou contrarreformas. Por esse ângulo, aparecem também algumas discussões mais específicas que abordam as problemáticas da inserção no mercado de trabalho feita a qualquer custo, como é o caso de Costa (2017), Franco e Ferraz (2019) e Galvão *et al.* (2019), que partem da *uberização* do trabalho, da informalidade das ocupações e dos modelos de subcontratação para analisar a tendência do modo particular de acumulação capitalista, em que o trabalhador assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva.

Por fim, constataram-se ainda algumas elaborações que discutem a sustentabilidade do financiamento público, como é o caso de Mota e Medrano (2021) e Salazar e Buriticá (2019). Os recentes estudos corroboram a tendência contemporânea presente no Brasil, assim como em outros países, que impõe a desarticulação da cidadania social e acarreta modalidades de regulação

mais punitivas, que visam à inclusão produtiva e responsabilizam os indivíduos pela precarização das condições de vida, adotando diferentes termos para se referir às modalidades destacadas por Pereira (2012, 2013).

### **Proteção social: uma lacuna na Ciência Política**

Buscando identificar o que os estudos publicados na área de Ciência Política dizem a respeito da formação da agenda de proteção social, constatou-se uma lacuna no campo da Ciência Política (Assis; Andrade, 2023). Embora a proteção social tenha sido um dos temas com o maior número de trabalhos selecionados, a quantidade é inexpressiva ao considerar que a busca utilizou como critério os últimos cinco anos (2017-2021) e foi realizada em dois idiomas (português e espanhol, sendo o segundo a língua oficial de inúmeros países, tanto no continente americano quanto no europeu).

Entre os estudos publicados na área de Ciência Política, identificaram-se estudos com foco no alcance e limitações dos mecanismos de proteção social pública, tal como discutem Guizardi, Torralbo e Contreras (2020). Nas publicações ainda mais recentes – a partir de 2020 –, a pandemia aparece como um tema recorrente para pensar a proteção social, conforme verificou-se em Benassi e Zampani (2020) e Mattei e Heinen (2020).

Outros temas associados à proteção social pública também foram identificados, tais como: direitos sociais, garantias estatais como alimentação, saúde e assistência. Autores como Orozimbo e Afonso (2020) chamam a atenção para o papel da família na provisão de recursos, sendo esta a primeira instância responsável por proporcionar o

acesso a bens e serviços, conforme a Constituição Federal brasileira. Santos e Vieira (2018) sublinham a austeridade fiscal e as discussões sobre a capacidade de financiamento que acompanham as políticas públicas, ou seja, a sustentabilidade em termos econômicos de manter determinadas políticas sociais. Ferri, De Oliveira e Stedile (2017) trazem à tona o controle social, ou seja, na formulação e no acompanhamento da implementação de políticas.

Entre os artigos publicados no Brasil, observou-se ainda que os estudos se concentram no modelo de seguridade social brasileiro, em especial, constituem análises a partir dos governos petistas (2003-2016). Em espanhol, as investigações se voltam para o modelo *kirchnerista*<sup>1</sup>, conforme abordado por Messina (2018) e Trujillo e Retamozo (2017), compreendido como um governo de esquerda peronista estabelecido no mesmo período dos governos Lula e Dilma no Brasil, com uma política econômica de desenvolvimentismo industrial, tido como uma etapa progressista na Argentina.

Trujillo e Retamozo (2017) abordam como o governo argentino tomou medidas para reconstruir as instituições da sociedade assalariada, em particular a seguridade social contributiva, ainda que de maneira inconclusiva devido à persistência de fortes heterogeneidades no mercado de trabalho. Neste caso, os programas de proteção social não contributiva foram ampliados de maneira geral na América Latina, mas o resultado foi uma maior fragmentação da política social em múltiplos sistemas, segundo níveis de renda e modalidades de inserção laboral.

<sup>1</sup> A expressão faz referência a Néstor Kirchner, presidente argentino (2003-2007), e sua esposa, Cristina Elisabet Fernández de Kirchner, também presidente do país (2007-2015).

A distribuição de renda aparece de maneira recorrente em estudos de Sumaza *et al.* (2020), Trujillo e Retamozo (2017) e Zurita (2018), assim como a formalização do trabalho, abordado por Hopp e Lijterman (2019) e Salim e Nascimento (2019). Ressalta-se ainda o estudo de Messina (2018), em que ressalta que devem ser considerados três aspectos associados à dinâmica da distribuição da renda pessoal como principal forma de proteção social: as transferências de renda, as políticas de aposentadoria e pensão e o mercado de trabalho em relação ao funcionamento das instituições trabalhistas (sindicatos, dissídios coletivos, salário mínimo e formalização do trabalho) e aqui se deve salientar que este é um dos principais temas abordados.

### **Considerações finais**

Diante do exposto neste capítulo, compreende-se que, nos últimos anos, a formação da agenda de proteção social não apresenta um número considerável de publicações no campo da Ciência Política. Dos 129 artigos selecionados, contabilizou-se a média de 26 trabalhos publicados por ano (em português e espanhol, somados), uma quantidade inexpressiva pela amplitude do tema e a relevância que o debate possui para os diversos países para a garantia dos direitos, acesso aos mecanismos de proteção social, efetividade da participação e integração na sociedade.

A formação da agenda governamental condensa inúmeros processos e mobiliza diversos atores sociais para materializar a proteção social através de políticas públicas. Diante dessa constatação, considera-se que

ainda há um longo caminho a ser percorrido para compreender os múltiplos aspectos que constituem as dinâmicas dos processos pré-decisórios.

### Referências

ASSIS, Â. E. F.; ANDRADE, F. R. B. A formação da agenda de proteção social para pescadores/as artesanais: uma lacuna na ciência política. *In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA*, 23., 2023, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2023.

BENASSI, E.; ZAMPANI, R. La(s) protección(es) social(es) en Argentina 2020: lo que la pandemia alumbró. *Temas y Debates*, Rosario, n. 40, p. 203-212, 2020.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRITO, R. D. S. Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, p. 220-227, 2021.

CALVET, M. S.; VALDES, F. R. Actores sociales y formación de agendas regionalistas en la Región del Bío Bío en Chile. *Región y Sociedad*, Hermosillo, v. 31, 2019.

COSTA, M. S. Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente. *Cadernos Ebape.BR*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 115-131, 2017.

DA COSTA, A. B.; SOARES, M. A. T. Crise econômica, pandemia e a política de transferência de renda no Brasil. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 30, p. 65-83, 2020.

DÁVILA, E. S.; REQUENA, C. C. Impacto del riesgo político en la inversión privada en el Perú, periodo 1992-2018. *Revista Finanzas y Política Económica*, Bogotá, v. 12, n. 1, p. 119-135, 2020.

DE ALMEIDA, C. M. Governança global no setor saúde: mudanças na “ordem mundial”, na arena internacional e impactos na saúde. *Astrolabio*, Córdoba, n. 24, p. 80-124, 2020.

DI GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. (org.). *Reforma do Estado & políticas de emprego no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia, 1998. p. 9-29.

DRUCK, G.; DUTRA, R.; SILVA, S. C. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 32, p. 289-306, 2019.

FACHIN, M. G.; RAMOS, C. M. V. “Óbito também é alta”: a total desumanização das pessoas idosas durante a pandemia de Covid-19. *Inter: Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 176-196, 2021.

FERNANDEZ, A. C. F.; BAPTISTA FILHO, A. C. Agricultura familiar urbana. Limites da política pública e das repre-

sentações sociais. *Cidades: Comunidades e Territórios*, Lisboa, n. 39, p. 1-18, 2019.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 79, p. 257-272, 2002.

FERRI, C.; DE OLIVEIRA, M.; STEDILE, N. L. R. Conselhos de políticas públicas: espaços legítimos de participação social na defesa das políticas públicas. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, Belo Horizonte, v. 20, n. 39, p. 61-90, 2017.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos Ebape.BR*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 844-856, 2019.

FUSTER-FARFÁN, X. Las políticas de vivienda social en Chile en un contexto de neoliberalismo híbrido. *Eure*, Santiago, v. 45, n. 135, p. 5-26, 2019.

GALVÃO, A. *et al.* Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, p. 253-270, 2019.

GOMES, S.; MOURA, J.; ALVES, J. O movimento social negro na formação da agenda governamental: um estudo de caso do Plano Juventude Viva. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, p. 623-640, 2020.

GUIZARDI, M.; TORRALBO, H. G.; CONTRERAS, E. L. Dialécticas de la oportunidad. Estrategias femeninas de movili-

dad, cuidado y protección social entre Paraguay y Brasil. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, Ciudad de México, v. 65, n. 240, p. 487-526, 2020.

HOPP, M. V.; LIJTERMAN, E. Trabajo, derechos sociales y protección social en Argentina de la reconstrucción neoliberal. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 22, p. 66-79, 2019.

KINGDON, J. *Agendas, alternatives, and public policies*. 2. ed. Nova Iorque: Harper Collins, 2003.

KINGDON, J. Como chega a hora de uma ideia?. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília, DF: ENAP, 2006a. p. 219-224.

KINGDON, J. Juntando as coisas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília, DF: ENAP, 2006b. p. 225-245.

LATOUR, B. *Reassembling the social. An introduction to actor-network theory*. New York: Oxford University, 2005.

MARTINS, L. M.; BARROS, A. T. Influências do parlamento jovem brasileiro no comportamento político dos egressos: análise da autopercepção dos jovens participantes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 27, p. 139-189, 2018.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, São Paulo, v. 40, p. 647-668, 2020.

MESSINA, G. M. La alternativa inconclusa: políticas progresistas, heterogeneidad estructural y fragmentación del régimen de bienestar argentino, 2003-2015. *Estado & Comunes, Revista de Políticas y Problemas Públicos*, Quito, v. 1, n. 6, p. 73-97, 2018.

MOTA, J. L. H.; MEDRANO, I. A. M. Financiamiento sostenible de la inversión pública: evidencia para México, 1990-2019. *Revista Finanzas y Política Económica*, Bogotá, v. 13, n. 1, p. 43-75, 2021.

ODERICH, E. H.; GRISA, C.; BARTH, V. J. Interações entre Estado e sociedade civil na construção do Feaper e Programa Camponês do Rio Grande do Sul. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 373-399, 2018.

OIT. *Relatório Mundial sobre Proteção Social 2020-22: a proteção social numa encruzilhada - em busca de um futuro melhor*. Brasília, DF: OIT, 2021.

OLIVEIRA, R. A. S. *et al.* A formação da previdência no contexto da seguridade social: uma análise da *policy agenda-setting*. *Cadernos Ebape.BR*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 705-722, 2021.

OROZIMBO, E. M. B.; AFONSO, M. L. M. Sentidos de família e o desafio para a intersectorialidade na proteção social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 137, p. 95-112, 2020.

PELFIN, A.; MENA, R. Oligarquización y extractivismo. Cerros a la democratización de la política ambiental en

Chile. *Perfiles Latinoamericanos*, Ciudad de México, v. 25, n. 49, p. 251-276, 2017.

PEREIRA, P. A. P. Proteção social contemporânea: *cui prodest?*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 116, p. 636-651, 2013.

PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 729-753, 2012.

PINEDA-TALAVERA, M. E. Honduras: precariedad laboral en la clase asalariada durante el modelo de acumulación neoliberal. *Íconos: Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 63, p. 101-123, 2019.

POCHMANN, M. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

RODRIGUES NETO, D. D.; BARCELOS, M.; PINTO, R. S. Estudos de caso sobre formação de agenda no Brasil. *Campos Neutrais: Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, Santa Vitória do Palmar, v. 1, n. 3, p. 56-69, 2019.

RODRÍGUEZ-DÍAZ, R.; R-CASTROMIL, A. Elecciones 2015 y 2016 en España: el debate desde los temas a los "meta-temas" de agenda. *Revista Latina de Comunicación Social*, Madrid, v. 76, p. 209-227, 2020.

SALAZAR, D. A. B.; BURITICÁ, L. K. L. Las asociaciones público-privadas en Colombia: una reflexión sobre el meca-

nismo en el país entre 2018 y 2019. *Ensayos de Economía*, Bogotá, v. 29, n. 55, p. 57-81, 2019.

SALIM, C. A.; NASCIMENTO, F. C. A proteção social na arena das políticas públicas no Brasil: impasses e dilemas da inspeção do trabalho. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 151-169, 2019.

SANTOS, I. S.; VIEIRA, F. S. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 2303-2314, 2018.

SELA, V. M.; GONZALEZ, L.; CHRISTOPOULOS, T. P. Construção da agenda de inclusão financeira à luz da Teoria Ator-Rede. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, p. 162-180, 2020.

SELLER, E. P. Políticas públicas de protección a las familias en España. *Revista Venezolana de Gerencia*, Maracaibo, v. 25, n. 90, p. 446-461, 2020.

SILVA, C. A. *et al.* Política pública da previdência social e trabalhadores da pesca artesanal: dilemas estruturais em contextos conjunturais do Covid-19. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 16, n. 1, 2020.

SUMAZA, C. R. *et al.* Heterogeneidad territorial de las políticas públicas de protección social: el caso de las rentas mínimas de inserción en España. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v. 40, n. 3, p. 675-697, 2020.

TRUJILLO, L.; RETAMOZO, M. Economía política de la desigualdad en Argentina (2003-2015): instituciones laborales y protección social. *Temas y Debates*, Rosario, n. 33, p. 35-61, 2017.

ZURITA, J. S. Estado de bienestar, políticas públicas y desigualdad interétnica: reflexiones teóricas para un análisis aplicado a Ecuador. *Estado & Comunes: Revista de Políticas y Problemas Públicos*, Quito, v. 1, n. 6, p. 47-71, 2018.